

Dominação da forma-mercadoria nos territórios populares? Uma análise a partir da ocupação urbana Dandara

Commodity-form domination on popular territories? An analysis from Dandara urban land-squatting

Thiago Cannetieri, Beatriz Ribeiro Machado*

Resumo

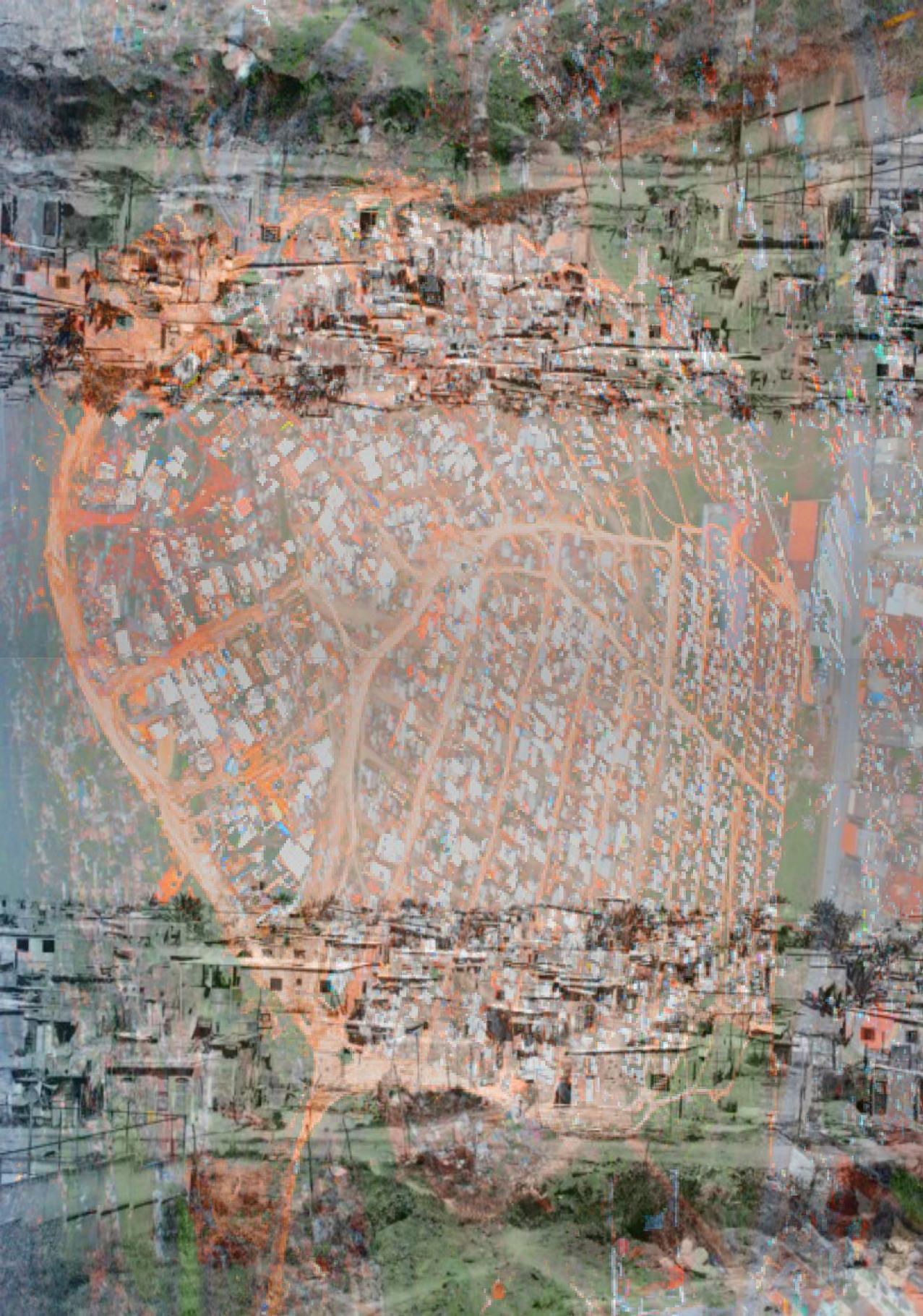
As ocupações urbanas se propõem a promover um espaço revolucionário de reordenamento da cidade a partir da luta pela moradia. Entretanto, existem limites que são atravessados pelo projeto neoliberal de política de estrutura das cidades que replicam um lugar comum na lógica urbana de moradia. Por isso, este trabalho pretende, a partir da Ocupação Dandara, importante território ocupado há mais de 10 anos em Belo Horizonte-MG, analisar os desafios da manutenção da ocupação enquanto espaço de resistência frente à estrutura comum da cidade neoliberal. Para tal, o artigo traz um resgate histórico sobre a Dandara, promovendo um balanço sobre as expectativas quanto ao seu planejamento e as mudanças recentes em sua dinâmica. A partir disso, elabora-se uma crítica sobre as formas sociais e suas interpretações recentes. Em suma, busca-se entender as razões pelas quais os territórios populares organizados por movimentos sociais perdem suas características de espaços de “revolução urbana”, incorporando-se à lógica da cidade neoliberal. Com isso, busca-se questionar os limites da tática de ocupação a partir de um balanço crítico sobre essa experiência emblemática.

Palavras-Chave: Ocupação Dandara; movimentos sociais; moradia; forma-mercadoria

Abstract

Urban Land-Squattings are intended to promote a revolutionary space for reordering cities through the struggle for housing. However there are certain limits imposed by the neoliberal project of city structure policy that aims to replicate a common place in the urban housing logic. Then this paper aims to analyze the challenges for the maintenance of Land-Squattings as resistance spaces facing neoliberal city structures, using the example of the Dandara Land-Squatting, an important occupied territory in Belo Horizonte-MG for more than 10 years. Therefore, the paper proposes a historical approach about Dandara, evaluating the expectations regarding its planning and recent transformations in its dynamics. Thus this work elaborates a critique on social forms and its recent interpretations. Therefore the paper aims to understand why popular territories that are organized by social movements lose their characteristics as spaces of “urban revolution”, embodying themselves to the neoliberal city’s logic. With this, we raise questions about the limits of occupation as a tactic from a critical assessment on this important experience.

Keywords: Dandara Land-Squatting; social movements; housing; commodity-form.



Introdução

Há, no Brasil, um intenso debate acadêmico em torno dos territórios populares: uma vasta bibliografia encontrada sobre esses espaços (entendidos como as periferias metropolitanas, os morros, as favelas, as ocupações urbanas) inunda os bancos de tese, dissertações e artigos científicos. Muitos foram aqueles que se esforçaram não apenas na compreensão desse fenômeno ou na denúncia da situação preocupante de precariedade e interdição de direitos, mas também em um intenso esforço de encontrar nestes territórios formas sociais capazes de superar a forma social do capital.

A situação degradante em que boa parte da população brasileira estava sujeita, bem como a recepção a uma certa teoria crítica – sobretudo em torno da economia política da urbanização – encaminhou uma construção teórica que encontrava nas cidades a contradição fundamental do capitalismo periférico e dependente do brasileiro. De fato, o funcionamento normal das cidades estava necessariamente conectado com a produção do espaço nas periferias, entre a ilegalidade (MARICATO, 2003; TELLES, 2010) e a vulnerabilidade da posse (ROLNIK, 2015); retratados como invasões de terra – e portanto, como criminosos – nos discursos hegemônicos (NASCIMENTO; BITTENCOURT, 2016) e baseadas na autoconstrução (TONUCCI, 2017). A partir de uma crescente relevância dos movimentos sociais que atuam nestes territórios, muito da teoria urbana crítica começou a se atentar para estas potencialidades, descrevendo tais territórios populares como heterotopias (RAMOS, 2010), espaços diferenciais (LELIS, 2016), ou que lá se tratariam de territórios de resistência (ZIBECHI, 2015), que praticam a lógica do comum (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017) e que indicariam uma outra revolução possível (GALERA; FREITAS, 2019).

Nesse sentido, vários movimentos sociais com perspectivas revolucionárias passaram não só a atuar junto das populações de sem-teto dos grandes centros urbanos brasileiros, como a organizar diretamente essas ocupações, a partir de trabalhos de massa. Essa prática repercutiu em todo o Brasil e foi recebendo cada vez mais notoriedade política e chamando a atenção dos acadêmicos.

Analisaremos, em específico, o caso da Dandara, uma das primeiras ocupações urbanas de massas de Belo Horizonte. Criada em 2009 a partir de uma parceria entre o Movimento de Sem-Terras, a Comissão Pastoral da Terra e as Brigadas Populares, a ocupação foi um grande marco em Belo Horizonte que influenciou enormemente o campo das lutas urbanas na Região Metropolitana. Entretanto, o olhar que o presente artigo pretende lançar está em questionar quais são os limites dessa tática de ocupação para consolidar uma maioria política capaz de transformar radicalmente o atual estado de coisas.

Acreditamos que, depois de dez anos, é possível um balanço dessa experiência que deve ser criticada. E o cenário é de menos otimismo: como iremos demonstrar, Dandara hoje repete, novamente, a dominação fetichista da forma-mercadoria e, as expectativas de avanço político que estavam colocadas no começo dessa experiência parecem ter sido desmontadas. Nesse sentido, pretendemos desenvolver uma abordagem teórica capaz de dar uma explicação, ainda que precária e parcial, para esse problema: como e por que ao longo do tempo os territórios populares organizados por movimentos sociais perdem sua potência revolucionária tornando-se mais um espaço comum da cidade neoliberal?

A análise que desenvolvemos à leitura corrente nos meios intelectuais críticos sobre os territórios populares, em geral, e das ocupações urbanas em específico, segue a seguinte formulação: nesses territórios não há o automatismo de uma síntese superior por si só. Veremos na sequência deste artigo as consequências dessa afirmação. Mas, por ora, vale dizer que uma crítica dessa natureza pode contribuir para fazer avançar nosso entendimento e interpretação do mundo – para, na sequência, transformá-lo.

Entretanto, criticar aqui não tem apenas um sentido destituente: os autores, enquanto também envolvidos nas práticas de organizações que atuam com ocupações urbanas, não querem a crítica pela crítica, como o lugar do erudito que se ocupa observar a sociedade do alto de uma torre de marfim, se valendo de vereditos e julgamentos para validar e corroborar a sua posição. Trata-se exatamente do contrário: levamos muito a sério a luta que se desenrola nesses territórios populares. E porque assim o fazemos, acreditamos que uma crítica séria pode contribuir para seu avanço.

O presente artigo está organizado como se segue depois desta breve introdução: Uma apresentação da história da ocupação Dandara; um balanço das expectativas dos movimentos sociais que atuam com sem-teto e suas mudanças recentes; uma avaliação da situação atual da ocupação Dandara; uma crítica das formas sociais e como elas são interpretadas por alguns trabalhos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

Um breve relato da Ocupação Dandara

Localizada na região da Pampulha, em Belo Horizonte, considerada área de alto valor imobiliário, a Ocupação Dandara nasceu na madrugada do dia 9 de abril de 2009. Entretanto sua história se inicia em um processo prévio de formação e articulação dos movimentos sociais envolvidos – MST, CPT e Brigadas Populares –, assim como dos

futuros moradores da comunidade, cerca de 150 famílias que ao longo de 9 meses participaram das reuniões de construção política e cotidiana das diretrizes desse território. Havia uma perspectiva de se construir um espaço “rururbano”, categoria que almeja abarcar não apenas os meios de produção rurais, como os modos associativistas e cooperativos de produção de alimentos e prestação de serviços. Era uma perspectiva de autonomia não apenas da terra, mas também do trabalho.

Porém, logo que as famílias e movimentos ocuparam o terreno, a polícia começou sua atuação de maneira truculenta, como narra a moradora e militante das Brigadas Populares, Wagna Vieira, “a gente costuma dizer que a polícia ocupou a Dandara junto com a gente”. A área de quase 400 m² de origem duvidosa, servia de especulação imobiliária há décadas. De posse da construtora Modelo S.A., o terreno não cumpria sua função social e já acumulava taxas municipais milionárias.

Após a resistência frente ao cerco da polícia, a notícia da ocupação foi se espalhando e os noticiários começaram a dar ampla cobertura acerca do processo de luta por moradia que se instituiu no território. Em três dias, a ocupação constatou um aumento significativo das 150 famílias para, estima-se, 1086 famílias. Esse fenômeno é denominado pelos movimentos como “boom da Dandara”, quando, do dia para a noite, as famílias dos bairros e comunidades do entorno decidiram se mobilizar e se organizar no processo de luta pela moradia.

Nesse momento a ocupação ganhou maior força e o governo do estado, prefeitura e a justiça passaram a negociar a permanência das famílias no terreno. Em meio a estratégias do corpo de advogados populares que acompanhavam o caso, mobilizações da comunidade artística de Minas Gerais e apoio da sociedade civil, a Ocupação Dandara foi ganhando ano a ano a batalha em busca da permanência no território[1].

Atualmente, dez anos depois, a Dandara já possui sistemas de água/esgoto e luz instalados, começa o processo de asfaltamento da comunidade e um posto de saúde foi implementado no local. A ocupação foi incluída no plano diretor da cidade e os lotes e muros crescem verticalmente cada dia mais. Nos próximos tópicos aprofundaremos a análise sobre essa reprodução dos bairros tradicionais da cidade e do modelo de cidade neoliberal que aos poucos se replica, mesmo em espaços revolucionários construídos a partir de processos de formação política e autogestão.

1. Dado o espaço limitado deste artigo e a complexidade de um longo percurso de dez anos, não abordaremos a história da ocupação Dandara com todo adensamento que mereceria... Sobre isso, ver Miranda (2012); Lourenço (2014) e Ribeiro (2017).

História e expectativas dos movimentos de ocupação

O problema da habitação no Brasil tem uma centralidade para a compreensão da nossa totalidade social. Há uma prática segregacionista que se repete, num eterno retorno, que podem remontar, como aponta Ynê Santos (2006), desde os quilombos ou os cortiços de morro dos chamados “escravos de ganho”. Fato é que o predomínio dessa forma de acesso da habitação baseada na lógica da mais crassa necessidade (KOWARICK, 1980; ABRAMO, 2007) faz parte da forma de inserção do país na economia do mercado mundial: dependente, periférica e subalterna.

Neste sentido, em sua Crítica da razão dualista, Chico de Oliveira (1972) demonstrou que o precário provimento habitacional baseado sobretudo na autoconstrução de subsistência foi o expediente necessário para acontecer a industrialização – também precária – do Brasil. Por conta das competições de capitais internacionais e a defasagem tecnológica imposta aos países que haviam sido colonizados, a diferença entre a produtividade do capital era tirada nas costas do trabalhador. Assim, a industrialização que ocorreu no país só foi possível na medida em que existia um barateamento da força de trabalho. Entre os expedientes, Chico destaca a autoconstrução, que previa um regime extra de sobretrabalho, nos finais de semana sobretudo, para a construção da habitação, uma vez que não estava prevista na conta da cesta salarial. Assim, ainda que não apareça como uma prática propriamente capitalista, a casa autoconstruída nos países de economia periférica tinha uma função na dinâmica da acumulação: significa rebaixar os custos de reprodução dos trabalhadores e, portanto, o aumento da taxa de exploração. É dessa maneira que podemos entender o que Lúcio Kowarick formulou de espoliação urbana. Houve uma funcionalização das paisagens arcaicas e precárias da autoconstrução, recorrente nas paisagens das periferias brasileiras, para garantir a industrialização. Um regime de superexploração da força de trabalho.

Essa prática precária da autoconstrução durante muito tempo foi mobilizada por iniciativas individuais ou de pequenos grupos, em geral familiares, que se organizavam em mutirões de final de semana para produzir a habitação que iriam residir. Assim, se conformou a paisagem das favelas e também dos loteamentos irregulares, algo que esteve sempre presente ao longo da urbanização dos baixos salários nos países de economia dependente.

Essa situação descrita tornou motivo de mobilização política por parte dos moradores das periferias urbanas, especialmente as autoconstruídas. Nesse sentido, é fundamental recuperar o trabalho de Holston (2013 [2008]), que analisou como, exatamente nesses territórios populares, ocorreu a formação de um novo tipo de

cidadania. Os sujeitos, que auto construíam suas casas, seus bairros e boa parte da cidade, encontram-se à parte das promessas da cidadania e, assim, aprenderam a reivindicar ao Estado o cumprimento de seus deveres. Assim, por meio das mobilizações de base populares, era construída, nos termos do autor, uma “cidadania insurgente”.

[Os trabalhadores] Tiveram de construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. Ainda assim, em algumas décadas eles urbanizaram esses bairros e melhoraram de forma notável suas condições de vida. Além disso, como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias de estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais. (HOLSTON, 2013 [2008], p.29)

Assim, os pobres urbanos ingressaram na luta pelo “direito a ter direitos”, oferecendo uma estratégia clara de mobilização e que também implicou em uma mudança de subjetividade, em que os pobres se enxergam como pertencentes à sociedade, acessando, assim, o status de cidadão. A forma de uma moradia que precisou de uma série de “provações”, como a ilegalidade e o conflito, sem esquecer a autoconstrução, forneceu, segundo o autor, o contexto e a substância de uma nova cidadania urbana. Certamente esse movimento representa uma ruptura com a cidadania entrincheirada historicamente de uma sociedade colonial, patrimonialista e escravocrata como é o Brasil: “o significado da propriedade fundiária, a prática da legalização ilegal e a norma do direito de tratamento especial” (HOLSTON, 2013 [2008], p.36).

Esse processo foi paulatinamente acumulando forças. Embora ocorresse nos anos de chumbo (com o AI-5 até o final do governo Médici), essa prática reivindicativa cresceu mais a partir da segunda metade da década de 1970. Já ao fim da ditadura, havia uma força consolidada em torno da pauta da Reforma Urbana, que estava buscando a garantia dos direitos, e uma nova série de movimentos de luta se inicia: a luta pelo direito à moradia. A partir do final dos anos 1980 uma série de movimentos passaram a exigir do Estado a provisão de habitação. Assim, esses movimentos atuavam tanto na institucionalidade como organizaram ocupações como uma forte ferramenta de mobilização, negociação e pressão do Estado. Desse modo, as ocupações organizadas eram formas de uma ação política

para o Estado cumprir sua parte do “contrato social” e, garantir assim, o acesso à moradia (GOHN, 1991).

Já diante da redemocratização do país, esse setor da sociedade civil organizada se fez presente com força, logrando conquistar um capítulo especial para a Reforma Urbana na Constituição de 1988. Nos anos seguintes, toda a década de 1990, embora estivesse o governo federal ocupado pelo neoliberalismo visceral dos Fernandes (Collor e Henrique Cardoso), se fez uma potente experiência nas prefeituras municipais de vários lugares: uma gestão democrática e participativa, encabeçada sobretudo por prefeitos e prefeitas do Partido dos Trabalhadores. Essas prefeituras, dentre as quais poderíamos destacar Porto Alegre (com Olívio Dutra e Tarso Genro), São Paulo (com Luiza Erundina) e Belo Horizonte (Patrus Ananias), mantiveram uma relação próxima com os movimentos de moradia, algo inédito até então. Um partido de esquerda que construíam suas bases populares estava mantendo uma aliança com os movimentos de moradia, o que significou um duplo vínculo, uma via de mão dupla: uma atenção do Estado a esse problema e uma participação integrada dos movimentos nos instrumentos institucionais de participação.

Assim, com a expectativa de conquista desse espaço político e do cenário de produção de moradias com os programas municipais houve, nesse período, uma significativa redução do uso da tática de ocupação. Entretanto, na avaliação de Bittencourt (2016), as prefeituras populares não lograram uma conscientização mais ampla sobre o envolvimento democrático nas esferas participativas que foram criadas, o que ficou restrito a algumas poucas lideranças populares e técnicos da prefeitura ou acadêmicos, e que também não lograram um combate efetivo às causas da produção do déficit habitacional. A institucionalização dos movimentos de moradia teve um efeito perverso: ainda que o objetivo dos movimentos não estivesse sendo alcançado, foi sustentada a crença – construída desde os anos de 1970 – de inclusão cidadã. Assim, muitos continuaram apostando na via institucional, mesmo diante dos flagrantes limites.

Entretanto, o cenário implicava numa retomada das ocupações por necessidade imediata das famílias pobres. O resultado perverso da “aposta institucional” foi a criação de um falso antagonismo entre os movimentos: aqueles que se organizavam institucionalmente e os que passaram a retomar as ocupações. Mas os últimos, sem apoio, minguaram rapidamente, levando a um marasmo do movimento de moradia (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019). Diante da desmobilização dos movimentos de ocupação e da absorção dos movimentos institucionalizados dentro da hegemonia estatal, havia sido dado um duro golpe contra os movimentos, limitados à participação não-paritária nos conselhos de habitação e políticas públicas.

Dessa forma, foi-se fermentando o problema da crise urbana brasileira (MARICATO, 2015). As políticas habitacionais continuaram insuficiente frente às demandas urbanas que cresciam, uma vez que o combate às causas da desigualdade urbana não foi tocado nesse período: a manutenção dos direitos de propriedade, mesmo que sem o cumprimento da função social, para fins de especulação urbana e o conluio do Estado-Capital com setores do capital que atuam no ramo imobiliário influenciando os rumos da política urbana e habitacional.

Tal situação não se alterou mesmo com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, com a eleição de Lula em 2002. Muito embora seja necessário reconhecer os progressos significativos que foram conquistados a partir de então (a criação do Ministério das Cidades; as Conferências Nacionais das Cidades; o Programa Nacional de Regularização Fundiária; o Conselho Nacional das Cidades; a Lei de Consórcios Públicos; o Plano Diretor Participativo; a lei do saneamento; a lei da mobilidade; a lei sobre resíduos sólidos), a promulgação de um novo arcabouço legal não faz melhorar as condições de vida por simples ato de vontade. Era preciso mais e houve uma certa tentativa com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009). Um dos maiores programas de provimento habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida, não reduziu o déficit habitacional, nem mesmo o estabilizou, mas continuou crescendo[2]. Exatamente porque todo este esforço não se traduziu em lograr ganhos concretos para a população mais pobres nas cidades.

Assim, à medida que a produção habitacional estatal continuou insuficiente frente às demandas urbanas, ocorreu uma recuperação das táticas de ocupação. Não apenas como forma de pressão do Estado para o cumprimento das políticas, mas como um lugar para morar. Assim, recuperando uma tradição muito antiga e influenciada por movimentos de esquerda radicais[3], as ocupações se tornam um efeito urbano importante nas paisagens das cidades. Tornaram-se, de fato, uma alternativa de moradia.

Dentre os movimentos que passam a praticar esse tipo de ação, ainda que existam diferenças fundamentais quanto à forma de organização e divergências teóricas e práticas, não poderia passar despercebido que possuem uma aposta diferente em relação aos movimentos do momento anterior. Trata-se de uma aposta revolucionária.

Além da importância de revolução estar expressa nos manifestos desses movimentos, a prática por eles adotada a partir da organização das ocupações pode ser entendida dessa forma por atuar na destituição de capitais que estavam mobilizados para fins especulativos, na construção de um discurso consistente sobre uma transformação social com alcance popular, na prática de formação

2. Não é interesse deste artigo aprofundar numa avaliação das políticas habitacionais e urbanas. Para isso há uma série de textos que tratam do assunto de maneira rigorosa e aprofundada. Sobre isso, ver Maricato (2015); Fix e Arantes (2009).

3. Sobre o conceito de esquerda radical, ver Fernandes (2019). Nesse livro, a autora desenvolve uma apresentação de vários movimentos e partidos de esquerda. Entre eles, estão as Brigadas Populares.

4. É este o caso das Brigadas Populares, movimento responsável pela organização e pela atuação política na ocupação Dandara, que compreende o estudo de caso deste artigo.

política continuada dos moradores, além do mais importante, na criação de espaços com consciências e práticas comunais[4].

Para captar esse fenômeno, muito da teoria urbana crítica foi recepcionar uma leitura específica do teórico francês Henri Lefebvre, colocando como centralidade as ideias do autor de *Direito à Cidade*, *Revolução Urbana* quanto aos espaços diferenciais. Assim, muito dos acadêmicos – lotados em diferentes áreas do conhecimento (arquitetura e urbanismo, geografia, antropologia, sociologia, economia, etc.) foram avaliar, inspirados nos escritos lefebvrianos, como as ocupações urbanas são territórios propícios para uma revolução popular. Por exemplo, Tonucci e Magalhães (2017) interpretam como o fenômeno do neoliberalismo nas cidades seria contraposto por uma lógica do fazer-comum presentes nas ocupações urbanas capaz de se colocar contrária ao valor de troca e a dominação. Os autores chegam a dizer que nesses territórios “abre-se, portanto, um espaço para a gestação do comunismo” (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017, p.44). Vários são os trabalhos (REGALA, 2017; BASTOS, et. al. 2017, LELIS, 2016; COELHO-DE-SOUZA, 2015) que veem nos territórios das ocupações urbanas um espaço diferencial nos termos apresentados por Lefebvre (1974) na sua obra *La Production de l’Espace*. Também Canetti e Valle, a partir de Lefebvre, passam a considerar que esses territórios oferecem a “possibilidade imanente de reconquistar a cidade para a realização da vida e não como meio e fim da acumulação de capital” (2015, p. 41).

Poderíamos prolongar a lista dos trabalhos que encontram nas ocupações essa potência revolucionária, mas nos detemos por aqui porque parece-nos que já foi feito claro o suficiente o argumento que nos interessa: as ocupações urbanas foram encaradas, não apenas no nível do discurso dos movimentos sociais que as organizam, mas também pelos teóricos e acadêmicos, como territórios populares latentes para a transformação social.

A Dandara hoje: quais são seus sinais?

A realidade atual da Dandara é de muitos muros e uma reprodução da vida comum e individualista em uma cidade tradicional e neoliberal. A rotina de trabalho e o cotidiano doméstico afastou consideravelmente a relação entre a vizinhança. Nesse ponto, ressaltamos que o convívio entre os moradores é muito mais próximo que dos diversos bairros da proximidade, todavia, a sociabilidade de outros tempos vem perdendo sua força ao longo dos anos. Essa é a avaliação de Joviano Mayer, advogado popular e militante das Brigadas Populares, em relato a Ribeiro (2017, p.123):

(...) cada vez que eu vou na Dandara eu vejo

mais muros. Então eu vejo que uma forma padrão de relacionar com território, do território atomizado de cada família vivendo no seu quadrado, essa é uma tendência, uma tendência muito forte dentro da comunidade. Para mim é o maior vetor, a tendência mais forte. De uma comunidade que tem uma memória de luta, que tem um passado, mas que esse passado fica cada vez mais na memória de poucas pessoas que passaram (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

O ideal rururbano foi confrontado por uma série de barreiras simbólicas, impostas pelas bases ideológicas do neoliberalismo e automatizada nas ações dos sujeitos. Percebe-se assim que, por mais que se tenha tentado aprofundar um processo cooperativo entre os moradores, a dificuldade em romper com a lógica neoliberal e os duros prazos frente às demandas sociais de uma ocupação, levaram as famílias e os movimentos sociais a optarem por um modelo de cidade semelhante ou mesmo igual ao tradicional.

Outro aspecto analisado nesse artigo é o desenvolvimento espacial próprio do capitalismo e suas contradições nas ocupações urbanas. Esse é o fluxo da cidade enquanto sistema comum e tradicional que se replica também em locais ocupados: a construção de muros, tão cara à vida em metrópole. A replicação dos diversos bairros de classe média nas áreas periféricas, apesar de todo processo de união e resistência provenientes da formação da comunidade, são contradições dos espaços ocupados frente à força da cidade neoliberal.

Nesse aspecto, os muros são os primeiros indícios dessa individualização da propriedade e da vida. A autora Caldeira (2000) argumenta que as atuais transformações na sociedade estão gerando espaços nos quais diferentes grupos sociais estão próximos e, ao mesmo tempo, separados por muros e tecnologias de segurança, o que ela chama de enclaves fortificados. Isso os leva, segundo Caldeira, a não interagir ou circular em determinados espaços comuns.

Em cidades que se fragmentam pela construção destes enclaves, emerge a dificuldade de manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os principais valores relativos ao ideal de cidade. Através dessas construções, o caráter do espaço público é modificado, assim como a participação dos cidadãos na vida pública (CALDEIRA, 2000).

O simbolismo de um muro exacerba o caráter privado, individual, da propriedade do lote. O muramento é a expressão da antítese do coletivo. Os espaços ocupados, com o passar do tempo, em especial na metrópole, são um espelho da sociedade que cria, a cada dia, mais

muros em relação aos seus vizinhos.

Seu Orlando, liderança comunitária e militante, morador da Dandara desde seu princípio, relata para Batista e Canettieri (2015) que Dandara, a despeito da placa em sua entrada estar grafado "Comunidade Dandara" não se trata mais disso. Segundo o pensador popular, ela já foi uma comunidade, mas não se tratava mais disso. A "comunidade" havia se metamorfoseado em uma outra coisa.

Neste cenário atual, superar a cidade tradicional e abrir mão dos muramentos significaria romper com o que há para além dos limites da ocupação. Projetar uma nova maneira de morar, ser diferente dos demais bairros do entorno, quiçá, da cidade. Esse sentimento não é genuíno à maioria de nós. Para essas famílias, a individualidade faz parte da autonomia e nesse aspecto, a autonomia é o principal ponto a ser mantido.

A casa, para além da unidade habitacional, passa a representar o processo de luta por autonomia, mas também segurança financeira. São inúmeras realidades, e muitas vezes, situações de extrema pobreza, sendo a casa uma possibilidade de renda. Ao conhecer as diversas histórias, percebemos a complexidade das realidades cotidianas daqueles moradores com direitos ainda tão precarizados. Nesse sentido, o religioso, representante da Comissão Pastoral da Terra e militante pelo direito à moradia, Frei Gilvander, relata para sua interlocutora:

As duas tinham sido as duas primeiras lideranças da Dandara no primeiro ano! Não estão mais na Dandara! E aí foi ver a mãe delas teve que vender a casinha dela para tratar de saúde, um problema sério do netinho dela que é esse filho da (...) E hoje está morando de aluguel em algum lugar aí, por causa de um problema de saúde que o programa SUS não atende, aí a mãe e a avó: "agora vou deixar filho/netinho morrer? Não, vou vender minha casinha". Então os pobre estão sujeitos a esse tipo de coisa. O que freia um pouco isso é só o trabalho permanente de formação e organização. (RIBEIRO, 2017, p.118).

Por isso entendemos que a cidade possui o poder de "expulsar" e isolar os pobres. Seja por suas altas tarifas, seja pela violência em regiões periféricas ou por seus grandes empreendimentos imobiliários. O fato é que regiões consideradas "nobres" se tornam regiões "onde pobre não pode morar", como define Seu Orlando, morador da ocupação. Os altos custos de estar na Pampulha, uma região considerada nobre em Belo Horizonte, dificulta a vida de muitos daqueles que precisam trabalhar fora para manter suas famílias.

Nesse sentido, Abramo (2007, 2009) destaca que o principal mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo na cidade neoliberal é a predominância do mercado. Há o que o autor chama de “retorno da mão inoxidável do mercado”, como principal mecanismo de coordenação das materialidades urbanas, tanto através da privatização das empresas públicas urbanas quanto pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais.

As cidades modernas da América Latina, são produzidas como resultado de duas lógicas: a primeira delas é a lógica do Estado, que impõe aos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, podendo ser político, institucional, simbólico ou mesmo de outra natureza, de modo que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e da distribuição das riquezas sociais. Na segunda lógica, a lógica do mercado, por sua vez, o acesso ao solo urbano – em possibilidades e magnitude – depende diretamente do volume de capital monetário que os indivíduos ou grupos sociais acumularam (ABRAMO, 2007).

Mas há ainda, segundo Abramo (2007), uma terceira lógica da produção do espaço urbano nas cidades, uma lógica que emerge da ausência de um capital institucional, social ou político para se ter acesso ao solo pela lógica do mercado – via programa habitacional como o PMCMV, por exemplo. Assim, surge a “lógica da necessidade” de ter acesso à vida urbana. A partir desse processo, a lógica da necessidade pela dinâmica demográfica sobre a estrutura familiar motiva um terceiro fenômeno identificado na ocupação: um fracionamento do lote inicial para construção de novas unidades habitacionais para acomodar filhos, netos etc. Este fenômeno é comum na ocupação, quando familiares passam a construir no terreno e isso, segundo Abramo (2009), leva a uma maior densidade nos espaços, geralmente via verticalização. A moradora da ocupação Dandara, Ângela, em depoimento para Ribeiro (2017, p.128), diz:

[...] eu entrei aqui por causa da minha irmã, mas o ex companheiro dela deu ela uma casa, ela falou assim "ah madrinha eu não quero mais não! Você dá para alguém da família", era um lote de baixo [do terreno] que eu tinha pego. Aí o morador desse lote aqui de cima falou que a esposa dele não queria vir, ele me devolveu o lote, ele falou "mas aí você me dá o dinheiro que eu gastei para fazer a barraca", foi 200 reais, aí eu fiquei com os dois, mas eu não tirei espaço de ninguém, que hoje eu moro em um e outro meus meninos moram!

Mas o fracionamento do solo urbano nesses territórios já consolidados pode ser, ele mesmo, fruto de uma lógica de mercado. A redução dos

5. Amorim (2011) utiliza e desenvolve a ideia de protoespeculação para diferenciar as práticas nos territórios populares das práticas de especulação imobiliária de grandes agentes econômicos.

ganhos familiares dado, por exemplo, a precarização das condições do emprego (sejam formais ou informais), aponta Abramo (2009), pode induzir as famílias a redefinirem a composição de seus rendimentos. Muitos desses terrenos passam por um processo de verticalização onde as famílias aproveitam do espaço para construir barracos de fundo para alugar e complementar a renda da casa.

Bastos et.al (2017) afirmam, nesse sentido, que quando as ocupações são oficialmente reconhecidas e (re)integradas à cidade (comum) (ou mesmo antes disso), elas podem acabar subordinando-se às dinâmicas do mercado imobiliário. Dessa maneira, começa-se a observar na ocupação a verticalização de alguns lotes, com pequenos prédios multifamiliares. Famílias com maior estabilidade financeira desmontam suas casas e constroem pequenos prédios. A dinâmica de ocupação dessas unidades é, em geral, quando não regulada por relações de parentescos, regulada por meio do mercado de aluguéis. Além disso, já observa-se práticas de (proto)especulação[5] em que áreas residuais da ocupação (como as áreas verdes, os canteiros centrais) são cercados e negociados para ganhos financeiros, incluindo também o fracionamento dos lote, com a construção de barracões de fundo para aluguéis, até mesmo de quartos. Como diz Abramo (2009, p.36), esse tipo de prática é a “possibilidade de uma reutilização de quartos e/ou outras áreas do lote para fins locais. Essa possibilidade locacional representa a oportunidade de receitas familiares adicionais”.

As ocupações urbanas vivem uma forte contradição, visto que, enquanto os movimentos sociais e moradores lutam pelo reconhecimento do Estado (e, a posse da terra assegurando não haver o risco do despejo), eles também reconhecem que “essa entrada na “cidade formal” pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais comuns que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na resistência e em experimentações sócio-espaciais” (BASTOS et.al., 2017, p. 262).

Atualmente a ocupação passa por um período de urbanização a partir da entrada de serviços do Estado. A priori, a empresa de água e esgoto iniciou suas obras no território trazendo parte do sistema comum da cidade a estes espaços ocupados. A COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais – já se encontra em processo de finalização da distribuição de água na comunidade. Não há, em nenhum sentido, sinal de uma possível construção coletiva nesse processo. Entretanto, não houve grandes dificuldades na implementação dos serviços de saneamento, visto a distribuição e planejamento da ocupação que passou por uma estruturação arquitetônica profissional na sua concepção. Este processo é considerado pelos moradores como um avanço, uma batalha vencida na luta pelo direito a fazer parte da cidade. Entretanto, não há uma abertura para um debate junto aos moradores de modo a pensar a

formalização do território.

De acordo com Canetti et. al (2013), ao urbanizar vilas, ocupações e favelas, e com a consequente instituição dos custos de vida personalizados pelos serviços urbanos, como água e luz elétrica, parte dessa população se vê obrigada a se deslocar novamente para áreas mais distantes, precárias, logo, mais baratas, deixando o território anterior livre para o jogo imobiliário. Os pobres são sempre as maiores vítimas destes processos perversos, como apontam Canetti e Vale (2015). Em primeira análise, pensando as classes trabalhadoras, as transformações prometidas se revelam em melhoramentos, benfeitorias e proporcionam melhores condições de vida, o que as leva a serem aceitas com euforia. No entanto, qualquer investimento realizado nos territórios implica maior valorização desses espaços, em geral, muito acima do que as famílias poderão pagar.

De um modo geral [o lote] vale 100 mil reais, imagina então assim, a pessoa em condição difícil, um bairro mais urbanizado, mais progredido, provavelmente essa pessoa não vai dar conta, sabe? Porque vai vir o imposto, a conta de água, a conta de luz, a pessoa vai voltar a procurar um lugar mais humilde, e assim, hoje, se você for olhar dentro da comunidade, você vê casa de três andares, você vê casa com piscina, então você vê que a evolução já está se dando numa imensidão dentro da comunidade e tomando espaço das pessoas realmente humildes [...] eles estão já fazendo igual o próprio capitalismo faz, espremendo, expulsando as pessoas humildes para mais longe e eles vão tomando conta do espaço, sabe? (Felter, morador e militante das BP's).

Como Bastos et al. (2017) argumentam, tais dinâmicas tensionam o funcionamento das ocupações, redirecionando seu funcionamento para a lógica tradicional da cidade neoliberal da qual se tentava desvincular, a partir da construção coletiva e autônoma. Dito isso, essas dinâmicas atuam na direção de uma produção de novos ativos imobiliários, ainda que temporariamente informais. Suas bases são pautadas nas limitações e exploram fraquezas próprias de experiências embrionárias, como a Dandara, impondo-se em função de seu caráter consolidado como força hegemônica que se faz presente nesses espaços autogestionados.

A DOMINAÇÃO DA FORMA-MERCADORIA NOS TERRITÓRIOS POPULARES

A situação da ocupação Dandara hoje levanta uma questão relevante: um território popular, organizado por movimentos sociais caracterizados por serem uma esquerda radical, analisado por acadêmicos da teoria urbana crítica como um espaço de possível ruptura com a lógica hegemônica, se tornou mais do mesmo – um espaço marcado pela propriedade privada, por especulação, verticalização e individualismo. Por quê? Seria preciso retornar a crítica que Marx, em 1867, elaborou do fetichismo da mercadoria.

Logo no capítulo de abertura d'O Capital, Karl Marx (2013 [1867], p.132) apresenta a sua categoria de mercadoria. Ele o faz pois, a seu ver, essa é a categoria sintética da sociedade capitalista, que indica a natureza das mediações sociais estabelecidas. Mas Marx faz seu argumento dizendo que a mercadoria, por mais que pareça à primeira vista uma coisa óbvia, é "cheia de sutilezas metafísicas e melindres teológicos". Ou seja, a mercadoria indica algo que não é exatamente capturado por seu corpo sensível, há algo a mais. Aqui é importante destacar que o conceito de mercadoria, em Marx, designa uma forma historicamente determinada de ocorrer o metabolismo social: a mercadoria é, por assim dizer, o amálgama das relações sociais. Entretanto, como Marx bem notou, a mercadoria tinha a capacidade "metafísica" de fazer as relações entre pessoas aparecerem como relações entre coisas. O ser humano torna-se mero apêndice, um estorvo necessário, para a produção e circulação de Mercadorias. Por isso Slavoj Zizek (1996, p.322), com sua ironia característica, diz: "As mercadorias estão realmente vivas, mais vivas do que nós mesmos".

Assim, é a partir desse pano de fundo, que é necessário entender o conceito de fetichismo da mercadoria apresentado por Marx na seção final do primeiro capítulo de sua obra. O uso dado por Marx ao termo fetichismo é a natureza peculiar e duplo das formas sociais estruturantes do capitalismo em que as relações sociais são obnubiladas pelas relações entre as coisas. Talvez a melhor aproximação seja a ideia de fantasmagoria: ao mesmo tempo que a mercadoria promove um ocultamento das relações sociais, a mercadoria constrange os indivíduos a seguir suas determinações. A objetividade fantasmagórica da mercadoria é, portanto, o resultado de um processo de determinação abstrata que opera de modo impositivo sobre o conjunto das pessoas, que parte da sociedade, do trabalho social, para pressupô-la num movimento autônomo. Pode-se afirmar que a mercadoria é um processo social em que as relações humanas são abstraídas de seu conteúdo.

É aí que é possível entender o conceito de ideologia dentro do pensamento marxiano. Em uma de suas definições, Marx diz que trata

do fenômeno em que as pessoas “fazem, mas não sabem que fazem”. Evidentemente, vale dizer, que essa “falsa consciência” é constitutiva tanto da realidade externa quanto da subjetividade dos indivíduos, algo que foi amplamente formulado até às últimas consequências pelo alemão Sohn-Rethel (1978). Sohn-Rethel busca, em seu sistemático estudo, desenvolver a ideia de abstração real. Para ele a mercadoria é uma abstração real: uma forma do pensamento que possui uma incidência concreta na realidade objetiva. Assim, Sohn-Rethel dá um passo adiante e diz que a colonização do capital não está apenas nas formas objetivas de organização da produção, mas se configura como uma dominação das formas do pensamento. Aprioristicamente, a mercadoria atua, antes de mesmo de existir para ser trocada.

A partir daí é possível compreender o porquê da presença irremediável da forma-mercadoria, mesmo naqueles momentos que, à primeira vista, neguem-na. A persistência da mercadoria está na sua capacidade plástica de absorver o que lhe nega. O poder do capital como abstrato está exatamente em se colocar como um imperativo que é, de certa forma, independente dos indivíduos: mesmo as práticas críticas a ele podem ser incorporadas em seu movimento tautológico.

Olhar para a Dandara pode ser, nesse sentido, elucidativo: uma ocupação autoconstruída por movimentos de esquerda com perspectivas revolucionárias e, mais ainda, onde os intelectuais críticos vêem a possibilidade de mudança social é, em realidade, mais um momento da produção capitalista do espaço, a despeito da vontade, engajamento e capacidade dos que lá vivem, atuam politicamente ou analisam. É essa a autonomização da forma-mercadoria que se reproduz.

O resultado imediato disso é um fenômeno que faz circular, mesmo nesse espaço, o afeto proprietário, base para as relações capitalistas. Poderíamos dizer, junto de Vladimir Safatle (2015), que o fundamento deste é, por sua vez, o medo. Como Hobbes desenvolve em seu *Leviatã*, a base para a fundação da sociedade moderna é o medo e, por isso, os indivíduos entram no “contrato social”. Ora, um movimento revolucionário não é exatamente a superação dialética desse “contrato social” para algo diferente? Claro que há resposta para essa questão: poderia alguém responder que não se trata de uma revolução de fato, mas apenas o seu germe, a sua experiência, o seu ensaio. Entretanto, ficaríamos surpresos ao encontrar nestes territórios a prevalência da forma-mercadoria.

A forma-mercadoria, como uma dominação apriorística do pensamento, sobredetermina a subjetividade dos indivíduos. Há mais uma homologia, uma mesma origem embriológica de estruturas, do que uma analogia entre cidade formal e ocupações urbanas organizadas: dos layouts arquitetônicos (LOURENÇO, 2014) à adoção

de práticas imobiliárias (ABRAMO, 2008) até mesmo a adoção dos critérios objetivos e subjetivos de reprodução material da vida individual e coletiva.

Vale aqui recuperar o trabalho de Holston (2013 [2008]), que encontrou na produção das periferias uma forma insurgente de cidadania. O autor, ao final de sua análise, lembra que a luta por direitos é, ao fim e ao cabo, uma forma interna à modernidade capitalista. Holston (2013 [2008], p.321) está bem ciente que diante disso o resultado da cidadania insurgente é produzir “proprietários, contribuintes e consumidores”. Assim, está colocada a adoção do sentido de propriedade, de trabalhador, de cidadão de direitos, de consumidor de mercadoria, de alvo das burocracias, como critério de constituição do sujeito, circunscrevendo-o aos limites das determinações formais da abstração real da mercadoria. O próprio Holston (2013 [2008], p.401) reconhece que “o insurgente inevitavelmente se atola no passado que herda”.

Há, dessa maneira, um grande problema colocado.

Considerações finais: o que é preciso para quebrar a cidade capitalista?

Há, em primeiro lugar, que se esclarecer a intencionalidade deste artigo: não esperamos encontrar nos territórios “sujeitos puros anticapitalistas”, algo que seria altamente contra-intuitivo. Tampouco a crítica aqui desenvolvida é para mover um moralismo transvestido de critérios revolucionários. Sabe-se, desde os escritos políticos de Marx, atravessando toda a tradição de pensamento, que há uma dialética própria desse fenômeno político. Os territórios populares das ocupações urbanas são atravessados pela contradição do capital em movimento. Sabe-se, também, que há uma brutal diferença para cada um daqueles que se engajam com uma ocupação: os riscos de confrontos violentos com as forças policiais são grandes, há uma pressão emocional enorme, mas a ocupação é muita das vezes a única das alternativas encontradas por muitos sujeitos que podem efetivamente alcançar melhores condições de vida com a ocupação urbana.

Dessa forma, vale destacar – mais uma vez – que o conteúdo de nossa crítica neste texto está em colocar o problema a partir de uma “análise concreta da realidade concreta”: chamar as coisas pelo nome do que verdadeiramente são. Assim, quando dizemos que existe uma dominação da forma-mercadoria não é para desmerecer qualquer movimento social, mas, ao contrário, levar a sério a luta desses movimentos para a emancipação dessa forma de dominação social

impessoal e abstrata. Assim, para o avançar dessa luta, a nosso ver, é preciso reconhecer a forma-mercadoria como uma dominação apriorística do pensamento, sobredeterminando a subjetividade dos indivíduos. O que, a nosso ver, envolve reconhecer os limites das estratégias e das análises que são historicamente mobilizadas.

Dessa maneira, o primeiro ponto a se reconhecer está no limite da casa como fim em si mesmo. Porque dessa forma ela não passa de propriedade, ato que recoloca a forma-mercadoria para circular e constituir a racionalidade. Hipostasiar essa forma sob o signo de mudança social é o caminho para uma interpretação equivocada da situação, pois a partir dela se deriva a estratégia que foi (e ainda é) amplamente utilizada: formação política para as massas. Entretanto, a disputa é muito desigual. A dominação a priori do pensamento pela forma da mercadoria não cede espaço para qualquer formação apenas por ato de vontade: não há “doutrinação” que dê conta dessa força impessoal da mercadoria.

Diagnosticar essa situação coloca um verdadeiro problema para a teoria crítica e para a prática política de esquerda: então o que fazer? O que é preciso para “quebrar” a cidade capitalista. Não faz sentido a prescrição de generalidades, isso pouco pode fazer avançar. Aqui, apresentamos algo mais modesto: uma hipótese. Hipótese esta que resta ser testada, discutida, demonstrada. Esta é a hipótese, que poderíamos chamar, de aposta comunal que não está em oposição à aposta revolucionária, mas a complementa qualitativamente. Interessa, para lidar com a dominação impessoal da forma mercadoria, a construção de mecanismos para gerar e desenvolver formas comunais de reprodução da vida. Construir, assim, a autogestão capaz de servir também de autossustentação. Esse percurso poderia, assim, constituir uma materialidade suficiente consistente para lastrear um contraponto à forma-mercadoria e uma outra forma de pensamento. Tais práticas e percursos já estão por aí. Parafraseando Henri Lefebvre (1967 [1965] em sua Metafilosofia: é preciso detectar as experiências – apostar nelas – para demonstrar como eles são essência preciosa, reuni-las, organizar sua revolta e totalizá-los.

Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 2, 2007.

ABRAMO, Pedro. Favela e Mercado Informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: Antac, 2009.

AMORIM, Wagner. A produção do espaço social urbano em Londrina - PR: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

BASTOS, Camila; **MAGALHÃES**, Felipe; **MIRANDA**, Guilherme; **SILVA**, Harley; **TONUCCI FILHO** João Bosco; **CRUZ**, Mariana Moura; **VELLOSO**, Rita de Cássia. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n. 2, p. 251-266, 2017.

BATISTA, Natália; **CANETTIERI**, Thiago. "A cidade não somos nós": tempo e espaço na narrativa de um morador de ocupação urbana. Revista de Ciências Humanas da UFSC, v.49, n.1, 2015.

BITTENCOURT, Rafael. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015). (dissertação). Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CALDEIRA, Teresa. A cidade de muros. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - USP, 2000.

CANETTIERI, Thiago; **PEREIRA**, Thiago; **LIBERATO**, Rita. Explorando Algumas Causas para a Expulsão da População Pobre de Belo Horizonte/MG. Revista de Geografia.v. 3, p. 1-8, 2013.

CANETTIERI, Thiago; **VALLE**, William. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. e-Metropolis, n.23, ano 06, 2015.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina. O espaço da resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre. (Orgs.). COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FERNANDES, Sabrina. Sintomas mórbidos. São Paulo: Autonomia literária, 2019.

FIX, Mariana; **ARANTES**, Pedro Fiori. 'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula. Correio da Cidadania. 2009.

GALERA, Izabella; **FREITAS**, Tankilino Túlio. Lazer, festa e cidade: o caráter revolucionário do brincar no contexto das ocupações urbanas. Anais. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano. Natal: ANPUR, 2019.

GOHN, Maria. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2008].

KOWARICK, Lúcio. Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, Henri. Metafilosofia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967 [1965]. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: PUF, 1974.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.18, n.3, 2016.

LOURENÇO, Tiago. Cidade Ocupada. (dissertação). Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

RIBEIRO, Beatriz. Sobre o rururbano: A Ocupação Dandara e os Desafios da Luta por Moradia para Além do Rural e do Urbano. (dissertação). Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2017.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, v.17, n.48, 2003.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. O Capital, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]. Trad. Rubens Enderle

MIRANDA, Isabella. Ocupando Sonhos: A Comunidade Dandara e as

ocupações de terras nas cidades. (monografia). Ciências Sociais. Belo Horizonte: UFMG.

NASCIMENTO, Denise; **BITTENCOURT**, Rafael. Invadir ou ocupar? In: **NASCIMENTO**, Denise. (org.). Saberes [auto] construídos. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

NASCIMENTO, Denise. 2016. Outra lógica da prática In: **NASCIMENTO**, Denise. (org.). Saberes [auto] construídos. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica da razão dualista. Estudos Cebrap, n.2, 1972.

PAOLINELLI, Marina; **CANETTIERI**, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. Cadernos Metrôpole, n.56, 2019.

RAMOS, Tatiana. Heterotopias urbanas: espaço de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro. Polis, v.27, 2010.

RESGALA, Gustavo. Moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n.2, 2017.

ROLNIK, Raquel. Guerra de lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Ynê. Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). (dissertação). Programa de História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SOHN-RETHEL, Alfred. Intellectual and manual labour: a critique of epistemology. London: Macmillan, 1978.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Ed. Argumentvm, 2010.

TONUCCI, João Bosco; **MAGALHÃES**, Felipe. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. Cadernos Metrôpoles, v.19, n.39, 2017.

TONUCCI, João Bosco. Comum urbano: a cidade além do público e do privado. (tese). Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

ZIBECHI, Raul. Comunidades em resistência. São Paulo: Consequência, 2015.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

***Thiago Canettiari** é pesquisador de pós-doutorado no departamento de Geografia da UFMG. Doutor em Geografia pela UFMG. Mestre em Geografia pela PUC-Minas. Bacharel e licenciado em Geografia pela PUC-Minas. Pesquisador do grupo Indisciplinar, do Cosmópolis e do Observatório das Metrôpoles.

Beatriz Ribeiro Machado é doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp. Mestre em Extensão Rural pela UFV. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela UFV. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais - CEMI/Unicamp e do grupo Desloca(migra)mentos.